



13ª FEBRAT

LEGALTECH POPULAR **INOVAÇÃO DIGITAL PARA ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA AMBIENTAL**

Ana Francisca Souza Coaxi, CETEP do Recôncavo Jonival Lucas, E-mail:
ana.coaxi@aluno.enova.educacao.ba.gov.br

Natalia Coaxi Costa, CETEP do Recôncavo Jonival Lucas, E-mail:
natalia.costa1@aluno.enova.educacao.ba.gov.br

Rafaelle Santana Guerra De Jesus, CETEP do Recôncavo Jonival Lucas, E-mail:
rafaelle.jesus3@aluno.enova.educacao.ba.gov.br

Nicolly Barreto de Sousa, CETEP do Recôncavo Jonival Lucas, E-mail:
nicoly.sousa12@aluno.enova.educacao.ba.gov.br

Rodrigo Santos Nascimento, CETEP do Recôncavo Jonival Lucas, E-mail:
rodrigo.nascimento2@enova.educacao.ba.gov.br

Categoria: C

Palavras-chave: LegalTech. Visual Law. Canva. Justiça Ambiental. Cidadania Digital.

A transformação digital tem impactado profundamente o campo jurídico, trazendo novas possibilidades para simplificação de processos, uso de linguagem acessível e ampliação do acesso à justiça. No entanto, esse movimento ainda pouco alcança comunidades vulneráveis e ambientes escolares da Educação Profissional Técnica. A exclusão digital, a burocracia e a linguagem jurídica complexa continuam sendo barreiras à efetivação da cidadania.

Neste contexto, surge o projeto **LegalTech Popular**, que articula práticas de inovação jurídica e cidadania ambiental, utilizando o **Canva** como ferramenta pedagógica central. O trabalho tem como foco tanto a formação estudantil em



13ª FEBRAT

práticas de **Visual Law** quanto a criação de um **protótipo da plataforma Justiça Verde**, também desenvolvido no Canva. Essa plataforma simula fluxos de denúncia de crimes ambientais, chatbot simplificado e mapa interativo de ocorrências, aproximando os estudantes da realidade de soluções digitais aplicadas ao direito e ao meio ambiente.

A metodologia adotada foi exploratório-aplicada, de caráter qualitativo e prático. Inicialmente, foi realizada revisão bibliográfica sobre LegalTech, Visual Law, inovação tecnológica em serviços jurídicos e cidadania ambiental. Em seguida, ocorreram **oficinas formativas de Canva** com os estudantes, que aprenderam a criar templates de documentos jurídicos (petições, contratos, notificações) e materiais informativos (folders, posts e vídeos curtos em linguagem acessível). A terceira etapa foi o desenvolvimento, no Canva, do protótipo da plataforma Justiça Verde, com simulações de telas que integram atendimento digital, denúncia ambiental e comunicação cidadã. Na quarta etapa, foram realizadas simulações educacionais de atendimento jurídico e denúncias ambientais, aplicando os materiais criados. Por fim, a quinta etapa consistiu em coleta de feedback de estudantes, professores e comunidade escolar, validando a clareza, aplicabilidade e impacto das soluções desenvolvidas.

Os resultados parciais evidenciam três dimensões principais: **formação estudantil**, com desenvolvimento de habilidades em LegalTech e Visual Law; **produção de materiais replicáveis**, como modelos de documentos e conteúdos digitais de conscientização ambiental; e a construção do **protótipo Justiça Verde**, uma solução criativa, de baixo custo e acessível, que simula a integração entre atendimento jurídico educacional e monitoramento ambiental. O uso do Canva como recurso único de design e prototipagem destacou-se como estratégico, pois eliminou barreiras técnicas relacionadas à programação e democratizou o processo de inovação tecnológica.



13ª FEBRAT

A discussão dos resultados indica que a proposta não apenas forma estudantes com competências técnicas e sociais, mas também contribui para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima, ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação)**. Além disso, a iniciativa promove protagonismo juvenil, linguagem acessível e impacto social direto, fortalecendo a integração entre educação profissional e demandas comunitárias.

Conclui-se que o projeto **LegalTech Popular** atende aos objetivos propostos ao unir inovação tecnológica, cidadania ambiental e inclusão digital no âmbito escolar. O uso do Canva para prototipagem e produção de materiais jurídicos mostrou-se eficaz, replicável e inspirador para outras instituições educacionais. Como perspectiva futura, pretende-se ampliar a simulação do protótipo, promover oficinas em parceria com ONGs e órgãos ambientais e consolidar a proposta como prática pedagógica transversal em cursos técnicos de Administração, Serviços Jurídicos, Informática e Comunicação.

Referências:

- LOPES, Flávia. *Legal Design: Visual Law como Estratégia de Comunicação Jurídica*. Juspodivm, 2021.
- SCHMITT, Maria. *Tecnologia e Direito: Novas Perspectivas para o Atendimento Jurídico*. Revista Brasileira de Direito, 2020.
- BEZERRA FILHO, A. *Marketing Jurídico: Estratégias Digitais na Advocacia Moderna*. Atlas, 2019.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Garamond, 2002.
- ACSERLALD, Henri. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Relume-Dumará, 2004.



13^a FEBRAT

- BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre crimes ambientais.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.